



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I DO EDITAL

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição de **Vacinas contra Influenza - CEPAS 2024**, bem como contratação de empresa para aplicação das vacinas (gesto vacinal) e armazenamento das doses adquiridas, doravante denominado apenas vacinas e/ou serviços, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

1.2. A descrição das vacinas/serviços a serem adquiridos e contratados, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DAS VACINAS				
01	VACINA CONTRA INFLUENZA TETRAVALENTE - CEPAS 2024 (sem gesto vacinal), com as seguintes especificações técnicas: 1. contra as seguintes cepas: <ul style="list-style-type: none">Uma cepa viral semelhante ao vírus influenza CEPAS A/Victoria/4897/2022 (H1N1)pdm09;Uma cepa viral semelhante influenza CEPAS A/Thailand/8/2022 (H3N2);Uma cepa viral semelhante o vírus influenza CEPAS B/Austria/1359417/2021 (B/linhagem Victoria); eUma cepa viral semelhante ao vírus influenza CEPAS B/Phuket/3073/2013 (B/linhagem Yamagata). 2. Apresentação: seringa preenchida pronta para uso - 0,5ml; 3. O prazo de validade dos medicamentos deverá ser de: no mínimo 06 (seis) meses, contados da entrega. 4. As vacinas ofertadas deverão ser registradas no Ministério da Saúde.				
UNIDADE	QUANTIDADE DE DOSES	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO DA DOSE	PREÇO TOTAL MÁXIMO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO DO ITEM	CATMAT

DOSE	740	R\$ 89,00	R\$ 65.860,00	R\$ 0,50	453060
-------------	------------	----------------------	--------------------------	-----------------	---------------

GRUPO 01 (FORMADO PELOS ITENS 02 E 03): APLICAÇÃO (GESTO) E ARMAZENAMENTO DAS VACINAS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				
02	Aplicação (gesto) e armazenamento das vacinas em Campo Grande/MS.				
UNIDADE	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO DO ITEM	CATSER
Gesto	469	R\$ 25,00	R\$ 11.725,00	R\$ 0,50	25364

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				
03	Aplicação (gesto) e armazenamento das vacinas em Municípios do interior do Estado de MS.				
UNIDADE	QUANTIDADE DE APLICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR UNITÁRIO DO ITEM	CATSER
Gesto	271	R\$ 49,02	R\$ 13.284,42	R\$ 0,50	25364

**VALOR TOTAL MÁXIMO DO GRUPO 01
(SOMATÓRIO DOS ITENS 02 E 03)**

R\$ 25.009,42

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da data de emissão da Nota de Empenho, podendo ser extinta na forma do artigo 105 da Lei nº

14.133/2021 ou após a execução total do objeto.

1.6. Nos termos do art. 124, II, "b" da Lei 14.133/2021, no caso de não haver a aquisição de algum dos itens desta licitação, reserva-se ao TRE/MS a faculdade de não efetivar a contratação dos demais itens.

1.6.1. O procedimento previsto na cláusula acima se justifica pela natureza da aquisição/contratação, ou seja, caso não sejam adquiridas as vacinas, não há razão para efetivar a contratação do gesto vacinal e vice-versa.

1.6.2. O agrupamento dos **itens 2 e 3** (gesto vacinal) é necessário a fim de padronizar o atendimento aos usuários, facilitar o gerenciamento e o planejamento da campanha de vacinação, além de garantir que haverá vacinação aos servidores do interior do Estado.

1.7. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizado em tópico específico dos Estudos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratação 2024, conforme Processo SEI 0007211-04.2023.6.12.8000, doc. 1530261.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição dos produtos encontra-se no capítulo 1 deste Termo de Referência e, de forma pormenorizada, em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A Contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Lei 12.305/2010 e adotar práticas de racionalização no uso de materiais e serviços, conforme o caso, os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, **especialmente, no que tange ao descarte ambientalmente correto das seringas e demais materiais utilizados na vacinação.**

Indicação marca/modelo

4.2. Não se aplica.

Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pela natureza da contratação.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

Das condições de fornecimento e recebimento das vacinas

5.1. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA das vacinas será **de 10 (dez) dias**, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.1. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5.2.2. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

5.3. As vacinas deverão ser entregues na sede deste Tribunal, aos cuidados de servidor lotado na **Secretaria de Gestão de Pessoas**, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, das 12:00h as 18:00h.

5.3.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega das vacinas.

5.3.2. O agendamento será realizado pela servidora da **Assessora de Políticas de Saúde**, Sra. Viviane de Paula ou pelo servidor José Ilton, no horário de 12:00h às 18:00h, de segunda à sexta-feira, através dos telefones/WhatsApp (67) 99633-2120 e (67) 98474-0237.

5.3.3. A critério da contratante, poderá ser indicado outro local de entrega para as vacinas, desde que esteja situado no município de Campo Grande/MS.

Do gesto vacinal e armazenamento das vacinas

5.4. Para os **itens 02 e 03** a contratada será responsável pela conservação/armazenamento e aplicação das vacinas (gesto vacinal).

5.5. A contratada deverá retirar as vacinas no prédio-sede deste Tribunal, no endereço indicado na **cláusula 5.3.**, momento a partir do qual estará responsável pelo armazenamento.

5.5.1. A contratada deverá dispor de meios para armazenamento garantindo sua perfeita conservação, nos termos do inciso IV, art. 4º da Portaria Conjunta ANVISA/FUNASA nº 01, de 02 de agosto de 2000.

5.6. Os locais de aplicação das vacinas e respectivas quantidades estão indicadas no quadro abaixo:

Municípios contemplados	Endereço de aplicação das vacinas	Quantidade
ÁGUA CLARA	Cartório da 23ª Zona Eleitoral Rua Harrison Correia, nº 20 – Centro. Telefone: (67)3239-1507 e (67) 3239-1089	02
AMAMBAÍ	Cartório da 1ª Zona Eleitoral Rua Antônio Martins Dutra, nº 1521 – Centro. Telefone: (67)3481-1559 e (67) 3481-1527	07
ANASTÁCIO	Cartório da 49ª Zona Eleitoral Rua Juscelino Kubitschek, n.º 1495 – Centro Telefones: (67)3245-1381 e (67)3245-1281	02

ANAUROLÂNDIA	Posto de Atendimento Eleitoral Avenida Mato Grosso, nº 372, Centro. Telefone: (67)3445-1822	01
ANGÉLICA	Posto de Atendimento Eleitoral Rua Treze de Maio, 676 - Centro Cívico Telefone: (67)3446-1256	01
APARECIDA DO TABOADO	Cartório da 24ª Zona Eleitoral Rua Mato Grosso do Sul, nº 3881 - Jardim Brandini II. Telefone (67) 3565-1859 e (67) 3565-5282	03
AQUIDAUANA	Cartório da 10ª Zona Eleitoral Rua Nilza Ferraz Ribeiro, nº 400 - Bairro Cidade Nova. Telefone: (67)3241-2671 e (67)3241-5194	08
BANDEIRANTES	Cartório da 34ª Zona Eleitoral Rua Arthur Bernardes, nº 4032 - Centro. Telefones: (67)3261-1399 e (67)3261-2011	05
BATAGUASSU	Cartório da 6ª Zona Eleitoral Rua Odorilho Ferreira, nº 135 - Centro. Telefone: (67)3541-1557	08
BELA VISTA	Cartório da 17ª Zona Eleitoral Rua São Geraldo, nº 65 - Centro Telefones: (67)3439-1842 e (67)3439-2745	02
BONITO	Cartório da 30ª Zona Eleitoral Rua Olívio Jacques, nº 849 - Vila Donária Telefones: (67)3255-1400 e (67)3255-2341	07
BRASILÂNDIA	Cartório da 41ª Zona Eleitoral Rua Bartolomeu Viana Calvacante, nº 183 - Jardim Camargo. Telefone: (67)3546-1500	07
CAARAPÓ	Cartório da 28ª Zona Eleitoral Avenida Dom Pedro II, nº 212 - Centro. Telefone: (67)3453-1895 e (67)3453-1269	06
CAMAPUÃ	Cartório da 14ª Zona Eleitoral Rua João da Mota, nº 461 - Bairro Vila Diamantina Telefone: (67)3286-1399 e (67) 3286-5138	05
CAMPO GRANDE	Prédio sede do TRE/MS Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23 - Parque dos Poderes. Telefone (67) 2107-7048	469
CASSILÂNDIA	Cartório da 3ª Zona Eleitoral Rua Olímpio Dias dos Santos, 454 Telefone (67) 3596-4642	02
CHAPADÃO DO SUL	Cartório da 48ª Zona Eleitoral Avenida Mato Grosso do Sul, nº 395 - Bairro Parque União. Telefone: (67)3562-1162 e (67)3562-1684	05
CORUMBÁ	Cartório da 7ª e 50ª Zonas Eleitorais Rua Duque de Caxias, nº 45 - Bairro Nossa Senhora de Fátima. Telefone: (67)3231-6411 e (67)3233-3885	12
COSTA RICA	Cartório da 38ª Zona Eleitoral Rua José Pereira da Silva, nº 373 - Bairro Santos Dumont Telefone: (67)3247-1131	05
COXIM	Cartório da 12ª Zona Eleitoral Rua General Mendes de Moraes, nº 86 - Bairro Jardim Aeroporto. Telefone: (67)3291-3130 e (67)3291-8984	04

DEODÁPOLIS	Cartório da 39ª Zona Eleitoral Av. Genário da Costa Matos, nº 730 - Centro Telefones: (67)3448-1143 e (67)3448-2613	05
DOIS IRMÃOS DO BURITI	Posto de Atendimento Rua Vicente Anastácio, Bloco C 2 - Bairro Jardim Londrina. Telefone: (67) 3243-1381 e (67)3243-1381	04
DOURADOS	Cartório da 18ª e 43ª Zonas Eleitorais Rua Montese, nº 435 - Bairro Jardim Londrina. Telefone: (67) 3422-1656 e (67)3421-0460	41
ELDORADO	Cartório da 25ª Zona Eleitoral Rua São Paulo, 610 - Jardim das Grevíleas Telefone: (67)99864-2806	03
FÁTIMA DO SUL	Cartório da 4ª Zona Eleitoral Rua Ipiranga, nº 841 - Centro Telefone: (67)3467-1807 e (67)3467-3329	09
INOCÊNCIA	Posto de Atendimento Eleitoral Rua Alexandre Batista Garcia, 923 - Centro Telefone: (67)3574-1225	01
ITAQUIRAÍ-MS	Posto de Atendimento Eleitoral Rua Campo Grande, 1230 - Centro Telefone: (67)99868-7799	01
IVINHEMA	Cartório da 27ª Zona Eleitoral Rua Francisco Pieretti, nº 211 - Bairro Guiray. Telefone: (67)3442-5643 e (67)3442-1069	05
JARDIM	Cartório da 22ª Zona Eleitoral Rua Tenente Ernani Gusmão, nº 261 - Centro Telefone: (67)3251-2229 e (67)3251-1953	04
JATEÍ	Posto de Atendimento Eleitoral Rua José Cornélio de Souza, s/nº - Centro. Telefone: (67)3465-1388	01
LAGUNA CARAPÃ	Posto de Atendimento Eleitoral Rua Gabriel Cabral, 519 - Centro Telefone: (67)3438-1138 e (67) 99884-7454	01
MARACAJU	Cartório da 16ª Zona Eleitoral Rua Appa, nº 101 - Centro Telefone: (67)3454-1720 e (67)3454-2922	07
MIRANDA	Cartório da 15ª Zona Eleitoral Rua 7 de setembro, nº 861 - Centro Telefone: (67)3242-1105 e (67)3242-4426	03
MUNDO NOVO	Cartório da 33ª Zona Eleitoral Rua Tupinambá, nº 69 - Centro Telefone: (67)3474-2191 e (67)3474-3893	03
NAVIRAÍ	Cartório da 2ª Zona Eleitoral Avenida Iguatemi, nº 159 - Centro Telefone: (67)3461-1716 e (67)3461-9009	07
NIOAQUE	Cartório da 45ª Zona Eleitoral Rua Primeiro de Março, n.º 167 Telefones: (67)3236-1192 e (67)3236-2045	05
NOVA ANDRADINA	Cartório da 05ª Zona Eleitoral Rua Walter Hubacher, nº 1220 - Centro Telefones: (67)3441-1789 e (67)3441-2855	05
PARAÍSO DAS ÁGUAS	Posto de Atendimento Eleitoral Rua Valdeci Feltrin - Casa B, 793 - Jardim Bom Jesus Telefone: (67)99982-0294	01

PARANAÍBA	Cartório da 13ª Zona Eleitoral Rua José Robalinho da Silva, nº 235 – Bairro Jardim Santa Mônica. Telefone: (67)3503-1086	03
PONTA PORÃ	Cartório da 19ª e 52ª Zonas Eleitorais Rua Baltazar Saldanha, nº 1591 – Bairro da Saudade. Telefone: (67)3431-3331 e (67)3431-3864	13
PORTO MURTINHO	Cartório da 20 Zona Eleitoral Rua Coronel Ponce, 439 Telefones: (67)3287-1135 , (67)3287-1046	02
RIBAS DO RIO PARDO	Cartório da 32ª Zona Eleitoral Rua Nelson Lyrio, nº 2354 – Centro Telefones: (67)3238-1476 e (67)3238-2498	07
RIO BRILHANTE	Cartório da 11ª Zona Eleitoral Rua Rio Brilhante, nº 1114 – Vila Maria Telefone: (67)3456-7144 e (67)3452-3085	04
RIO NEGRO	Posto de Atendimento – Rio Negro Avenida Brasil, nº 990 – Centro Telefone: (67)3278-1862 e (67)3278-2225	01
RIO VERDE DE MATO GROSSO	Cartório da 21ª Zona Eleitoral Rua Marechal Rondon, 248 – Centro Telefone: (67)3292-1832	07
SÃO GABRIEL DO OESTE	Cartório da 40ª Zona Eleitoral Rua São Paulo, n.º 2305 – Centro Telefones: (67)3295-6534 e (67)3295-6535	05
SIDROLÂNDIA	Cartório da 31ª Zona Eleitoral Rua Minas Gerais, nº 1346 – Centro Telefones: (67)3272-1904 e (67)3272-5797	07
SONORA	Cartório da 26ª Zona Eleitoral Avenida Edson Aparecido Fernandes Campos, nº 493 Telefone: (67)3254-3958 e (67)3254-1389	04
TACURU	Posto de Atendimento Eleitoral - TACURU R. Luis Menão, 550 Telefone: (67)3478-1483	01
TRÊS LAGOAS	Cartório da 9ª e 51ª Zonas Eleitorais Rua Alfredo Justino, nº 1100 – Centro Telefone: (67)3521-5364 e (67)3522-1076	19
TOTAL		740

5.7. Em virtude da possibilidade de remoção e/ou férias de servidores, poderá haver alteração na quantidade de gesto vacinal indicado nos municípios acima.

5.7.1. Ocorrendo situação prevista na cláusula acima, os servidores e seus dependentes poderão receber o gesto vacinal em Campo Grande e nos locais indicados na **cláusula 5.6**.

5.8. A contratada deverá elaborar Plano de Vacinação, contendo as datas e horários do gesto vacinal para cada município indicado na **cláusula 5.6**.

5.8.1. O Plano de Vacinação deverá ser entregue, ao fiscal da contratação, em **até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota de empenho**.

5.8.2. O Plano de Vacinação, a critério da contratada, poderá sofrer alterações podendo ser agendadas novas datas para o gesto vacinal.

5.9. O gesto vacinal deverá ocorrer em dias úteis, no horário de expediente deste Tribunal e dos Cartórios Eleitorais.

5.9.1. Para o município de Campo Grande/MS a contratada deverá proceder à aplicação das vacinas no Departamento de Assistência Médica, no endereço indicado na **cláusula 5.3.**

5.9.1.1. A execução dos serviços descrita na cláusula 5.8.1. deverá ser realizada no decorrer de 15 (quinze) dias úteis, no período das 12:00h as 18:00h.

5.10. A empresa contratada também deverá disponibilizar o gesto vacinal em clínica/laboratório/hospital situado no município de Campo Grande/MS, durante o período de validade das vacinas, sendo que a execução dos serviços deverá ocorrer em horário similar ao horário comercial local, podendo ser aplicada, inclusive, aos sábados.

5.11. Para os municípios situados no interior do Estado, a contratada deverá prever no mínimo 06 (seis) horas corridas para o gesto vacinal, no horário de funcionamento do Cartório Eleitoral.

5.12. A contratada deverá entregar o “Certificado de Vacinação Individual” e reconhecido pela Secretaria de Saúde, para cada pessoa vacinada.

5.13. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de início dos trabalhos estabelecido, bem como a impossibilidade de cumprir com os períodos de aplicação indicados no Plano de Vacinação, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo e/ou da interrupção da aplicação, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para o início/reinício da aplicação das vacinas.

5.13.1. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5.13.2. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas para atraso.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa ao fornecimento, bem como à aplicação das doses vacinais, ficarão a cargo de servidor ou comissão de servidores, pertencente ao quadro deste Tribunal, lotados na Secretaria de Gestão de Pessoas, designado (s) para esse fim.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is)

do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

- a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).
- g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).
- i) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).
- j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- 6.6.1. requisitar o fornecimento e a aplicação das vacinas, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;
- 6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.
- 6.6.3. fornecer à contratada relação das pessoas que serão contempladas com o

gesto vacinal;

6.6.4. acompanhar, coordenar e fiscalizar o fornecimento e a aplicação das doses vacinais;

6.6.5. conferir a efetiva aplicação das vacinas adquiridas;

6.6.6. controlar todos os prazos de aplicação das vacinas estabelecidos neste Termo de Referência, devendo informar à Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

6.6.7. manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento/aplicação, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;

6.6.8. comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela empresa, só assim produzindo seus efeitos;

6.6.9. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.10. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, ou em **até 2 (dois) dias** úteis desta, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) condições da embalagem e/ou das vacinas e prazo de validade;

b) quantidade entregue;

c) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do produto entregue, quantidade, preços unitário e total.

7.1.1. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7.1. acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.1.1.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do produto.

7.2. Os recebimentos provisório e definitivo das vacinas ficarão à cargo de servidor lotado na **Secretaria de Gestão de Pessoas e/ou na Assessoria de Políticas de Saúde**, ou ainda, pelo titular do **Departamento de Assistência Médica**,

7.2.1. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado, devendo ainda ser verificado:

a) compatibilidade das vacinas entregues com as especificações exigidas neste

Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

b) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do produto entregue, quantidade, preços unitário e total.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos produtos cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

7.9. O TRE/MS providenciará a guarda do produto entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

7.9.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o produto pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

7.10. No caso de não haver disponibilidade para entrega do produto de acordo com a marca e/ou modelo cotado em proposta, o fornecedor poderá efetuar a entrega de produto de marca/modelo diferente, desde que comprovada a equivalência entre eles.

7.11. Neste caso, o fornecedor deverá encaminhar solicitação formal ao TRE/MS, contendo o motivo da indisponibilidade do produto cotado e as especificações do produto substituto.

7.12. Compete ao fornecedor comprovar a equivalência do produto substituto.

7.13. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar produto cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.14. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.14.1. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.15. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o

Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.15.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.16. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.16.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.17. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

7.18.1. Para **o item 01**: o pagamento será único e realizado após o recebimento definitivo das vacinas adquiridas.

7.18.2. Para **os itens 02 e 03 (Grupo 01)**: as notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com a prestação dos serviços, podendo ser quinzenal ou após o encerramento da aplicação em cada município contemplado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.22. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.3. Após esta análise preliminar, estando o material, em tese, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

8.3.1. Ainda que a marca/modelo tenha sido aceita pelo Pregoeiro, nova análise será realizada no momento da entrega dos produtos e, caso o material não atenda às especificações deste Termo de Referência, o recebimento definitivo não será realizado.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal,

em campo próprio do sistema.

e) Alvará/Licença da Vigilância Sanitária expedido pelo Órgão da Vigilância Sanitária competente da Secretaria de Saúde do Estado ou do Município de origem da empresa, quando houver delegação de competência para emissão de alvará pelo Município, dentro do prazo de validade.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 90.869,42 (noventa mil oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- b) Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- c) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;
- d) Elemento de Despesa: 3390.30.09 (vacinas) e 3390.39.50 (gesto);
- e) Plano Interno: ADM MATMOD e ADM APOIO.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. PARA O ITEM 1, em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de **15 (quinze) dias úteis, contado da notificação**.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação na data do envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

11.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando o contratato der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar imposição de penalidade mais grave;
- b) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência.

11.3. Será aplicada MULTA:

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor total contratado, por dia de atraso, na entrega do material, até 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia de atraso, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de extinção;
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, caso a contratada deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, bem como se recusar a receber a Nota de Empenho, na forma prevista em lei;
- c) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, no caso de desatendimento de demais cláusulas deste Termo de Referência e de ordens da fiscalização;
- d) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, por ocorrência, no caso de não emissão de documento fiscal hábil para pagamento;
- e) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total contratado, se a contratada negar-se a entregar o material, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições desta contratação, levar o TRE/MS a extinção da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

11.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

11.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

11.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 11.3.2 e 11.3.3 abaixo;

11.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

11.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

11.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o

pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

11.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

11.3.6. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

11.3.7. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

11.3.8. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com quaisquer das demais penalidades previstas neste instrumento.

11.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando o contratado:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total da contratação;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** quando o contratado:

- a) prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.5.1. Também será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, nas hipóteses previstas no item 11.4, quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.5.2. Aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, o contratado estará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.5.3. A aplicação da penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE é de competência exclusiva da autoridade máxima do TRE/MS

11.6. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula serão apuradas nos termos da em processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.6.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.11. As sanções de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** e **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** admitem reabilitação, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "d" do subitem 11.5 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.12. Da aplicação das sanções **ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.12.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.13. Da aplicação da sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.15. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 11.3.7.

11.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.17. Antes da aplicação das sanções previstas neste Capítulo, a contratada será notificada para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.18.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes desta contratação ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

11.20. PARA O ITEM 2, as disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. Requisitar o fornecimento das vacinas e a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência.

12.2. Colocar à disposição da empresa todas as informações necessárias à entrega do material e/ou prestação dos serviços.

12.3. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

12.4. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

12.5. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

12.6. Conferir o material fornecido, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência (Anexo I).

13.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

13.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

13.4. O fornecedor fica, nos termos art. 125, da Lei 14.133/2021, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

13.5. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

13.6. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

13.7. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.

13.8. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

13.8.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).

13.9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande/MS, fevereiro de 2024.

José Ilton Oliveira Paz

Integrante Demandante e Técnico

Edismar Martins da Silva Lima

Integrante Administrativo

0000265-79.2024.6.12.8000

1594242v2